

## ENTREVISTA

---

*José Goldemberg*

*Físico, professor universitário, diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, reitor da mesma Universidade, presidente da Sociedade Brasileira de Física, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Companhia Energética de São Paulo, secretário do Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, ministro da Educação e membro de conselhos científicos da Organização das Nações Unidas. Estas são algumas das participações que marcaram a trajetória de José Goldemberg, gaúcho de Santo Ângelo e ex-aluno do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o Julinho de Porto Alegre – “uma escola de formação de homens públicos”, segundo suas próprias palavras. No momento de reflexão sobre o passado e o futuro do país, Ciência & Ambiente foi ouvir o relato do professor Goldemberg, personagem importante da história brasileira, nos últimos 50 anos, quando se trata de ciência e de meio ambiente. A seguir, a íntegra da entrevista concedida aos professores Ronaldo Mota, do Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Maria e membro do Conselho Editorial de Ciência & Ambiente, Sílvio Roberto Salinas e Adalberto Fazzio, respectivamente diretor e vice-diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo.*

C&A – *Parece que os grandes personagens da ciência e mesmo da política gaúcha tiveram uma trajetória comum. Todos eles passaram pela mesma escola de 2º grau, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos de Porto Alegre. Esta passagem teve ao que parece papel importante na formação de todos, o que a torna emblemática. O que o senhor tem a dizer sobre o Julinho?*

JG – O Colégio Estadual Júlio de Castilhos foi muito importante na minha vida como foi importante na vida de outras pessoas, porque tinha a imagem correta de ser uma escola laica num Estado em que as grandes escolas eram religiosas – o Colégio Anchieta, entre outras escolas dirigidas por padres. O Júlio de Castilhos era uma escola laica que tinha sido fundada pelos positivistas, cujos ideais ainda estavam lá. Isto é curioso porque na atividade científica, se diz que começar como positivista é sempre um bom começo. Alguns argumentam que você se torna hegeliano mais tarde, não é mesmo? E eu fui muito influenciado pelos positivistas, inclusive porque alguns professores do Julinho tinham um centro positivista, não na escola, mas em outro lugar, que eu freqüentava de vez em quando. Era uma escola na qual os professores não estavam submetidos à disciplina da Igreja, nem a interesses comerciais, e o diretor na época era uma pessoa muito interessante e impunha respeito. A propósito, eu participei de um episódio, acho que nunca contei, e que vai ilustrar esta entrevista. Os professores, de modo geral, eram bastante progressistas, porém, havia alguns mais autoritários. Um dos hábitos daquela época – isto ocorreu durante a guerra – era o dos alunos levantarem quando o professor entrava na sala.

C&A – *A velha tradição...*

JG – A velha tradição. Certo dia, quando um dos professores, que era particularmente antipático, entrou na sala eu não levantei. Acho que foi meu primeiro ato de rebeldia – depois fiz outros – e ele me botou para fora da sala e mandou conversar com o diretor, uma figura extremamente severa. O diretor me recebeu e perguntou: Escuta, por que você não levantou? Eu respondi: Olha, eu até levantaria se fosse o meu professor de Física (risos), mas este cidadão não é um bom professor e ele usa isto como autoridade. Quer dizer, o que ele quer representar com o ato de levantar é o exercício da autoridade que não é respaldada numa competência. O diretor me bateu no ombro e deu o assunto por encerrado. De modo que o Julinho é uma escola de homens públicos. Uma escola não só de aprender coisas, mas de formação de homens públicos.

C&A – *Professor, olhando em retrospectiva, está fazendo 50 anos de sua graduação. Como o senhor vê a ciência no Brasil hoje, não só a Física, comparativamente há 50 anos atrás?*

JG – Olha, o Salinas e o Adalberto são mais jovens do que eu, mas não tão mais jovens assim. Conhecem um pouco da história. Veja: há 50 anos atrás quando vim fazer o curso na Faculdade de Filosofia, ela já era conhecida como um templo da ciência no Brasil e atraiu os melhores cérebros como o Mário Schemberg e tantos outros, muitos de fora de São Paulo. As pessoas reconheciam que aqui se fazia a ciência moderna. Fora daqui, as escolas ministravam um ensino repetitivo. Então, o que víamos na ocasião é que nós entrávamos num banho de modernidade. Agora, olhando em retrospectiva, na época nós exagerávamos extraordinariamente o papel da ciência no desenvolvimento do país. É a visão de todo cientista. É como pensar que se entendermos a formação das galáxias, vamos contribuir para um mundo melhor. Não necessariamente. É capaz de contribuirmos para fazer umas bombas atômicas um pouco melhores. Então, a idéia de que o bom cientista tem que ser bom cidadão e vai ajudar o desenvolvimento do país e ajudar os outros, era partilhada por todos nós. Era, digamos, uma idéia muito romântica e o governo, é claro, tinha muita simpatia por aquilo, pois era uma atividade da elite. O professor Schemberg entendia bem essa idéia que tínhamos de enfatizar a importância da ciência para o desenvolvimento do país, mas não concordava inteiramente com ela. Ele dizia sempre que a ciência que nós fazíamos, que era ciência pura, tinha uma componente cultural. E aí naturalmente só com cultura se conseguia uma certa quantidade de verbas, finita. Portanto, durante 20 a 25 anos, de 1950 a 1970, o impulso que a ciência teve foi mais por razões culturais do que por qualquer outra coisa. Isso explica toda a grande publicidade que ocorreu em torno do Lattes, o físico brasileiro que chegou mais perto do Prêmio Nobel – aliás, a grande maioria das pessoas concorda que ele merecia o prêmio, não sozinho, mas todo o grupo. Foi com o Lattes que iniciou a ciência, as pesquisas. Todas coisas muito boas, mas em nome da atividade cultural. É a elite brasileira, sobretudo a do Estado de São Paulo – o jornal *O Estado de S. Paulo* representa a elite paulista – que acha que aqui não é um país de bugres – bugres é uma expressão lá do Rio Grande –, de índios. O país tem uma elite que, no fundo, descende dos que fugiram de Portugal há 500 anos, inclusive os Mesquita, notoriamente. De modo que a visão nestes primeiros 20 anos, a partir de 1950, era sempre de um certo empirismo, de um certo sabor romântico, que o professor Schemberg capturava muito bem, em razão da facilidade com que ele se movia no mundo artístico. Mas quando chegou ao mundo real mesmo, que exigia verbas grandes, então não era mais com ele, era com o Damy de Souza Santos e outras pessoas que prometiam ao governo fazer a bomba atômica. Era isso mesmo no governo Jânio Quadros. A idéia sensata aceita hoje pela maioria das pessoas de que o papel da ciência básica é dar suporte para

a tecnologia moderna é mais recente. Acho que começou – e nisso vou tomar um certo mérito – comigo e com gente como o Salinas. Foi quando eu me tornei catedrático da Escola Politécnica, uma decisão absolutamente deliberada porque as duas cátedras estavam vagas, a da Faculdade de Filosofia e a da Escola Politécnica. Então fiz concurso na Escola Politécnica, porque achei que a Física só poderia influir efetivamente no desenvolvimento tecnológico do país se fosse mais moderna. Foi aí que identifiquei gente como o Salinas que se tornaram meus assistentes. A Física que se ensinava nas escolas de Engenharia até a ocasião era a dos livros franceses do começo do século, quer dizer, que perdiam completamente a revolução científica da era atômica. O próprio Instituto de Física deixou de fazer só raios cósmicos e começou a fazer coisas mais próximas. Eu me lembro dos debates da época. O pessoal achava que sendo próxima era de baixo nível. Não é verdade, absolutamente. Física teórica de estado sólido não é de baixo nível. Ao contrário, é extremamente sofisticada e pode eventualmente resolver o problema de computadores.

C&A – *Quem era inteligente fazia Física Matemática...*

JG – É mesmo, havia estas síndromes. E foi uma dificuldade grande. Mas, em seguida, surgiram discussões sérias porque as atividades científicas começaram a custar muito dinheiro. Quer dizer, aí é macrociência, não é a macrociência americana mas é grande, estes aceleradores são caros, exigem centenas de técnicos. Como se pode justificar isso num país como o Brasil que precisa de ensino primário? Não foi fácil, inclusive porque eu vi a moeda pelos dois lados: como líder da comunidade científica tentando conseguir mais recursos até com bastante eficácia – nós criamos a Sociedade Brasileira de Física que foi um aríete importante – e depois como Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, responsável pelo sistema todo. Olhando em retrospecto, acho até que nós tivemos uma sorte razoável nos aproveitando de certas situações especiais como foram os militares. Eu acho que se não tivesse havido governos militares a ciência provavelmente não teria tantos resultados. Os militares nunca entendiam isso completamente, entendiam apenas parcialmente. Para fazer lançamento espacial, bomba atômica, precisa de uma porção de gente e eles ficavam embaraçados. Veja que, inclusive, áreas nossas não foram tão duramente atingidas pela repressão militar. O movimento estudantil, o movimento sindical foram duramente atingidos.

C&A – *Comparativamente com as áreas sociais e humanas.*

JG – Exatamente, as áreas sociais e humanas foram bem atingidas, mas as áreas científicas foram menos, é claro com exceções como o

professor Schemberg, mas ele era um líder importante do Partido Comunista, de modo que para o governo tornava-se embaraçoso. Mas outros líderes, como nós na Sociedade Brasileira de Física, não fomos atingidos. E nós criamos um caso considerável com o Programa Nuclear.

C&A – *Foi uma posição forte.*

JG – Foi uma posição forte e acho que foi uma coisa educativa para o próprio sistema. Acho que eles aprenderam neste episódio que certas coisas não adianta você dar ordens. Tem que ter um mínimo de debate. Por outro lado, acho que houve também certas distorções, pois quando vieram os governos civis foi esta tragédia, começando em 1985. Desde então, os Ministros da Fazenda se parecem. Eles se comportam como autistas, é a impressão que dá. A visão dos militares era um pouco melhor, é claro que com os erros deles. Eles vão fazer foguetes e não utilizam os cientistas civis. E aí não dá. Começam a fazer energia nuclear e discriminam todos os cientistas que acham que eram esquerdistas. Nestas áreas praticamente todo o mundo é esquerdista.

C&A – *Pelo menos na época quase todos eram. E o Programa ARAMAR, mantido pelo Ministério da Marinha, o senhor sabe como está?*

JG – Agora caiu muito. Era um programa tocado pelos militares que gente como nós só poderia apoiar. Tentava fazer energia nuclear a partir dos primeiros princípios, com tecnologia nacional, com ciência nacional. É o que nós sempre defendemos. Agora não era para fazer bomba atômica, eles dizem que não era. Mas do ponto de vista do desenvolvimento de tecnologia era correto. O argumento fundamental é válido, como é válido hoje ter grupos sofisticadíssimos trabalhando em estados sólidos e em computação. Por quê? Porque você abre o jornal e daqui a pouco vamos ter computadores quânticos. Tem que estar por dentro. É até possível que um dos nossos estudantes resolva o problema e faça o primeiro computador quântico. Mas, supondo que não ocorra, no momento em que forem feitos, vocês vão entender o que eles fizeram, na semana seguinte. Esta é a justificativa fundamental para tudo o que se gasta. Não adianta dizer: Para que vocês têm este acelerador de partículas PELLETRON que não serve para nada? Ele pode não servir para fazer os automóveis da Volkswagen funcionarem melhor, mas forma gente que entende das coisas. E toda a utilização de isótopos, importante agora na Medicina e na Engenharia, só pode ser feita por gente que tenha sido treinada por nós.

C&A – *Professor, na década de 70, o senhor dirigiu o Instituto de Física da Universidade de São Paulo, presidiu a Sociedade Brasileira de Física e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e começou a ter uma vida pública mais acentuada. Mais adiante,*

*na Companhia Energética de São Paulo, o senhor teve seu perfil associado à idéia de convivência entre a exploração dos recursos naturais e a sustentabilidade, fato que também marcou a sua trajetória. Poderia nos falar um pouco sobre isto?*

JG – Na realidade, até 1975 eu era um professor de Física nos moldes tradicionais. Queria fazer minha pesquisa, queria publicar e ser convidado para ir a congressos. Aí, o que aconteceu? O regime militar começou a atingir colegas nossos de maneira arbitrária e acordou a gente para o fato de que não queríamos viver numa redoma de cristal. Mas, o que marcou mesmo foi o debate nuclear, porque a posição que o governo tomou comprando um pacote de tecnologia na Alemanha, provavelmente com intenções de levar o país para o caminho das armas, era o contrário de tudo o que nós acreditávamos que devia ser o papel da Física brasileira. Ou seja, servir de base para o desenvolvimento de capacitação que permitisse fazer melhores escolhas de tecnologia. Veja agora, para comprar computadores se sabe perfeitamente distinguir o que eles oferecem, não se pode comprar qualquer equipamento. E aí, a posição da Sociedade Brasileira de Física colocou um bom freio no programa nuclear, não total é verdade, e acabou me projetando como uma figura conhecida. Então me tornei presidente da SBPC, já no período de transição, mas à medida em que o regime começou a acabar ela se desvirtuou – desvirtuar é uma palavra forte, não é mesmo? – porque havia outros fóruns para fazer política, os partidos, por exemplo, tanto que eu fui um dos presidentes que ficou pouco tempo na SBPC. Esta atividade toda me aproximou muito do senador Franco Montoro, líder da oposição no Senado. Logo que foi eleito governador, ele me disse que queria que eu fosse Secretário. A escolha natural seria ser Secretário de Educação, mas ele tinha um político para o cargo. Então ele disse: Você entende de energia – e me tornei presidente da CESP. Acho que foi uma experiência muito boa. Só então percebi que a CESP, as empresas de energia, são empresas de engenheiros e ponto final. Engenheiros que constroem pontes, constroem barragens. Para um engenheiro clássico, perguntar porque ele está construindo uma ponte é perguntar porque ele come. Não tem resposta. Este conceito de responsabilidade social que o cientista de modo geral tem, era inexistente dentro da CESP e havia os problemas ambientais. Eu criei um Departamento de Meio Ambiente, não que não houvesse atividade de meio ambiente, mas era mais para não despertar oposições. Eu criei um departamento sério que logo depois se refletiu na criação de um departamento equivalente na ELETROBRÁS. E mais ainda, até na ELETROPAULO, que é uma empresa distribuidora de energia, e portanto não cria problemas ambientais no sentido usual da expressão, como inundar áreas, nós fizemos um programa muito interessante de eletrifica-

ção em favelas, que teve um impacto social tremendo. Aliás, este programa iniciado há 16 anos quando eu estava lá – houve um rapaz que me ajudou e depois fez doutorado sobre o tema – só agora está sendo citado na literatura no exterior. Tem que cuidar também do meio ambiente humano. Como era presidente da CESP, participei ainda como membro do Conselho de Administração da ELETROBRÁS, que, nesse período, criou um programa de conservação de energia, o PROCEL, na direção correta, para racionalizar um pouco o uso da energia. Depois virei Reitor da Universidade de São Paulo, cargo que tinha pouco a ver com a ciência, exceto por manter o nível da universidade. Se eu já era controvertido, fiquei ainda mais. Mas, neste caso, em defesa de padrões.

C&A – *Na sua gestão como Reitor da USP, foi encaminhada a discussão sobre a autonomia universitária. Atualmente, o senhor está acompanhando estas discussões nas universidades federais?*

JG – Estou. Na ocasião, as discussões começaram porque o governo federal resolveu ampliar a lista para a escolha do reitor de tríplice para sêxtupla. A escolha de reitores das universidades federais e estaduais é baseada numa idéia interessante, a de que, de alguma maneira, a comunidade universitária, ou por votação direta ou indireta pelo Conselho Universitário, faz uma lista com alguns nomes e o governo escolhe. Eu acho razoável isto porque a comunidade universitária tem direito de expressar suas opiniões e o governo vai entregar o dinheiro para alguém nomeado por ele. Há muitas opiniões divergentes. Tem alguns que não concordam com isso e acham que as universidades devem se autogovernar. O governo federal estava tão mal naquela época, que não conseguia fazer sequer uma lista de três apaniguados. Então aumentou para seis e as universidades federais obedeceram. Na USP a lista era tríplice e alguém inventou que aqui também a lista deveria ser sêxtupla. O reitor anterior, que era ligado aos militares, foi escolhido nesta base. Logo que cheguei na reitoria entrei com uma ação no Supremo Tribunal Federal e ganhamos. A USP então voltou à lista tríplice e ficou evidente que ela tinha mais autonomia do que as outras. Na ocasião, o Franco Montoro havia sido substituído pelo Orestes Quércia, um governador bem mais difícil. Aí era aquele negócio de arrancar verba, de agradar o Secretário da Fazenda e houve uma negociação seríssima. Logo vi que, nos termos da Constituição, a autonomia da universidade só se referia à autonomia de cátedra. De resto, tinha que pedir tudo aos Secretários da Fazenda e da Administração. Então nós negociamos com o governador Quércia e é curioso como às vezes um sujeito mais simplório como era o caso do governador faz as coisas mais certas. É como o Alceu Collares lá do sul, que não tinha nada de bobo. O Quércia disse: Sabe que sempre que tem uma greve o

peçoal vem fazer manifestação aqui na frente do palácio. Então eu vou passar o dinheiro e vocês administram do jeito que quiserem. Se vocês gastarem demais não venham pedir mais verbas.

C&A – *Mas, o balanço final é positivo?*

JG – É extremamente positivo. Primeiro nós reformamos os estatutos. Isso foi a primeira fase para manter o nível da universidade. Nesse campo, fizemos algumas coisas que o pessoal começou a reclamar, como fazer uma publicação de todas as publicações.

C&A – *Identificar os produtivos e os improdutivos...*

JG – Isso já foi um negócio de jornalismo, mas a idéia básica era correta. É assim que se avalia a universidade.

C&A – *Aí foi criada a avaliação?*

JG – De uma maneira traumática nós introduzimos esta idéia. Havia também o problema da autonomia e nós mudamos os estatutos para evitar algumas coisas. Eu acho que a universidade não deve ser governada por estudantes e funcionários. Eles devem ser ouvidos, mas quem tem que governar é quem tem um envolvimento permanente com a universidade, que são os professores. Então era preciso inventar um mecanismo permanente de representação e nós fizemos um estatuto cem por cento. Você vê que agora aqui na USP os reitores não concorrem por fora, esse negócio de UFRJ, de eleição popular, aqui não tem disso. E conseguimos a autonomia. Na ocasião eu fiz uma coisa curiosa com a autonomia que as pessoas em geral não notaram, mas os advogados sim. Baixei o decreto promulgando o novo estatuto.

C&A – *Até quiseram cassar o decreto, não é mesmo?*

JG – É, quiseram cassar, mas ele permaneceu. Eu achei que era simbólico o reitor baixar o decreto. E a autonomia já está estabelecida há 10 anos, e mesmo com os Planos Cruzado e Real, a universidade tem-se mantido relativamente pacífica. E na USP as despesas com pessoal se mantiveram em torno de 80 a 85%.

C&A – *E a sua passagem pelo Ministério da Educação, como foi?*

JG – Bem, logo que assumi o Ministério da Educação é que percebi a razão do estado em que se encontravam as universidades federais. Era porque elas não tinham nenhuma autonomia e o negócio era resolvido ou pelo ministro ou pelo segundo e terceiro escalões. E o ministro fazia então aquela farsa toda de orçamento que não tinha nenhuma componente de racionalidade. Começamos aí a fazer algumas correções. Não era possível fazer grandes correções porque 95% dos recursos eram para pagamento de pessoal. Mas, mesmo com 5% eu tentei e sabe o que aconteceu imediatamente? Os senadores e deputados apresentavam emendas desmontando o orçamento. Eu dizia aos reitores, isso é do interesse

de vocês, ter autonomia, saber com quanto vai contar. Então os reitores, sobretudo os do norte, diziam: Quando acabar o dinheiro a gente vem aí e quebra o galho. Este tipo de humilhação acabou no Ministério. Agora eu vejo como extremamente negativo o que o atual governo fez, porque nós chegamos a mandar uma proposta de autonomia universitária copiando mais ou menos o sistema de São Paulo. O governo retirou a proposta e mandou outras emendas que estão sendo negociadas até hoje e a última versão ficou tão complicada que não dá para entender. Eu sou contrário a estas complicações. O decreto de autonomia das universidades é simplíssimo, deve ter uns cinco ou dez artigos. O que se tentou desde que eu saí, há sete anos, foi fazer uma lei tão complexa que é inimplementável. E o Sindicato Nacional, a ANDES, contribuiu bem, porque a proposta deles, sem entrar no mérito, peca pelo mesmo problema. O ministro da Educação tenta fazer uma autonomia em que ele acabe mantendo um bocado de controles e a ANDES tenta fazer um negócio que proteja todos os corporativismos. Não dá. A lei de autonomia não vai eliminar os conflitos, não é mesmo? Os conflitos terão que ser negociados à medida em que forem surgindo. Não dá para regulamentar *a priori*. Então, a experiência mostra que as coisas funcionaram relativamente bem em São Paulo, menos por um aspecto que na época não me dei conta. É o problema dos aposentados.

C&A – *Esse é um grande problema e que não foi resolvido ainda. É incrível porque passa o tempo e não se resolve. Agora mesmo houve uma tentativa e não deu em nada. No entanto, a autonomia federal que estava sendo gestada pelo Ministério resolvia o problema. Parece que eles aprenderam.*

JG – Os aposentados no meu tempo eram 8%, mas agora são mais. Acho que não me esforcei o suficiente. Naquela ocasião eu devolvi o dinheiro ao Estado. Agora, acho que uma das coisas mais negativas do atual governo federal é não ter feito um esforço real para dar autonomia para as universidades. É verdade que também falta entusiasmo dos reitores.

C&A – *Professor Goldemberg, retomando a questão ambiental, o senhor assumiu como interino a Secretaria de Meio Ambiente do governo federal e conduziu a participação brasileira na Rio 92. Que balanço se pode fazer hoje do meio ambiente no Brasil?*

JG – Olha, as questões na época eram duas. Uma delas, a Amazônia, era um problema sério que estava sendo maquiado pelo governo. Provavelmente uma das coisas boas que acho que fiz como Secretário foi dar instruções para o INPE estudar as fotografias do desmatamento. Os satélites estavam colhendo fotografias há anos, só que elas não eram usadas por razões políticas, porque se veria a realidade. Então este tipo de problema desapareceu e houve uma

redução do desmatamento, porque o movimento ambientalista de 1992 criava um embaraço muito grande para o governo. Isso foi uma coisa positiva. Depois o desmatamento aumentou violentamente, após o Plano Real. Em relação à Conferência do Meio Ambiente, ela deu origem a duas Convenções importantes, a do Clima e a da Biodiversidade. A da Biodiversidade não deu certo até hoje por uma razão muito simples. É que os grupos ambientalistas, que eram muito influentes, não se deram conta de certas realidades deste mundo, isto é, das Monsantos da vida. Você pode reclamar, reclamar e reclamar, mas acontece que quem produz remédios, por exemplo, são empresas como estas. Eles criaram uma batalha tremenda pela propriedade intelectual das ervas que existem na Amazônia e em outras florestas, esquecendo que para converter uma erva daquelas em remédio que se compra na farmácia é preciso investir centenas de milhões de dólares. Acho que este foi um exemplo de que se você empurra demais para um lado acaba alijando os outros. Então, nós ficamos com a Convenção da Biodiversidade meio no ar. A Convenção do Clima foi melhor. Ela foi assinada em 1992 e embora não fosse muito operacional, está se operacionalizando como demonstram os protocolos que vieram depois, como o Protocolo de Kyoto. De modo que acho o balanço positivo. Agora há uma oportunidade nova que os ambientalistas têm que discutir. No ano 2002 teremos os dez anos da Conferência do Rio e a Assembléia Geral das Nações Unidas está planejando montar outra Conferência. Talvez seja no Brasil, talvez não. Eu soube recentemente e mandei uma carta ao pessoal do governo alertando para isso. Acho que seria ótimo se fosse no Brasil, porque serviria como instrumento de mobilização em defesa do meio ambiente. Seria a Rio mais dez. A Assembléia Geral vai fazer um evento, mas nada impede que venham Chefes de Estado ao Brasil. Seria uma maneira excelente de relançar o movimento ambientalista no país, que acho que perdeu muito do pique.

C&A – *O senhor citou a Monsanto. Qual a sua opinião sobre os transgênicos?*

JG – Sabe que não me sinto muito qualificado para responder a esta pergunta. Eu leio a *Ciência & Cultura*, aqueles artigos da Glaci Zancan, e sinceramente acho que ela exagera. Esse negócio de manipular o código genético está aí para ficar. Às vezes é bom travar algumas batalhas que atrasam um pouco o que a gente não conhece direito, mas não tem jeito. Foi quebrado o segredo. É possível manipular o código genético. Quando me explicaram pela primeira vez esta questão foi com o exemplo da Índia. Lá, eles estavam usando variedades de milho que não servem para reprodução. Na agricultura tradicional você conservava as espigas e no ano seguinte usava aquilo como semente. A princípio me pareceu uma safadeza. Porém, é uma safadeza que tem vantagens. Esta

variedade é super resistente às pragas e tem uma produtividade enorme. Então, é uma questão de custo e benefício. É bem verdade que para os agricultores mais pobres evidentemente deve ser um choque. Eu acho que se tivesse que decidir sobre isso, não faria como o Bresser, que autorizou os transgênicos todos na semana seguinte. Mas acho inevitável.

C&A – *Atualmente o senhor faz parte de uma Comissão Internacional da Organização das Nações Unidas para a Energia. De que se trata?*

JG – O que ocorreu foi o seguinte. Em preparação à Assembléia Geral das Nações Unidas no ano 2002 que fará um evento especial comemorando a Rio 92, eles encarregaram a Comissão de Desenvolvimento Sustentável – esta comissão é um filhote da Conferência de 92 – de preparar relatórios sobre temas que dizem respeito à sustentabilidade. Entre os temas analisados, uma questão central é a da energia. Os problemas ambientais que estamos vivendo podem ser pensados em três níveis – local, regional e global. No nível local, problemas como o de São Paulo, a inversão térmica e a qualidade do ar; no nível regional, o caso da chuva ácida e no nível global o aquecimento do planeta, a destruição da camada de ozônio. Quando olhamos estas coisas, o que está na origem de todas elas? É o tipo de energia usada. E quando olhamos no mundo todo, 75% da energia usada vem do carvão e do petróleo. Até que deste ponto de vista, o Brasil é um dos melhores países, tem muita energia hidrelétrica, o Programa do Álcool. Mas, no mundo todo, a dependência de combustíveis fósseis é uma coisa dramática. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável encarregou, então, o PNUD de preparar um grande estudo sobre o tema, grupo que é presidido por mim. O trabalho é feito em conjunto com o Conselho Mundial de Energia que reúne os produtores. Esta é uma decisão que tomei e não me arrependo. Acho que ao fazer um estudo sobre as perspectivas energéticas sem envolver os seus agentes, corre-se o risco de produzir mais um estudo acadêmico, entre tantos que já existem. Já estamos bem adiantados e procuramos olhar tudo, problemas ambientais e sociais. Esta é a minha principal ocupação atualmente.

C&A – *Professor Goldemberg, muito obrigado pela entrevista.*